

O GOVERNO CONTRA-ATACA

Os servidores públicos responsáveis pela invasão do Ministério da Fazenda poderão ser demitidos por justa causa

O ministro interino da Justiça, Milton Seligman, anunciou que a Polícia Federal abrirá dois inquéritos policiais para investigar as responsabilidades pelas invasões do edifício-sede do Ministério da Fazenda em Brasília e da Superintendência Regional do ministério em Minas Gerais.

Caso a Polícia Federal identifique responsabilidades de funcionários públicos, estes poderão ser demitidos por justa causa por intermédio de inquéritos administrativos. A PF requisitará as emissoras de televisão imagens não editadas para identificação de envolvidos.

Seligman esteve reunido com o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, do PT, que rebateu as críticas de que a polícia militar sob seu comando falhou ao permitir a invasão. Segundo ele, o episódio foi um fato isolado. "O que há, isto sim, é um acúmulo de manifestações no país, fruto de insatisfação diante da crise social", defendeu-se. No encontro com Seligman, ficou definida a formação de um batalhão de policiamento específico para a Esplanada dos Ministérios. (veja matéria na página 12)

NEGOCIAÇÃO

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem ao comando de greve dos servidores públicos que o governo não tem dinheiro para pagar aumento salarial de 46,19%, insistindo na aprovação das reformas administrativa e da Previdência.

"O governo não precisou da aprovação das reformas para dar mais de R\$ 15 bilhões aos banqueiros", rebateu José Maria de

Almeida, diretor nacional da CUT. Malan não respondeu. O ministro esteve reunido por três horas com seis sindicalistas. Participaram também o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e os secretários da Receita Federal, Everardo Maciel, e do Tesouro Nacional, Murilo Portugal.

Apesar do encontro, exigido pelos servidores que quinta-feira invadiram a sede do ministério, Malan não assumirá as negociações até porque, por determinação do Palácio do Planalto, as conversas com os servidores grevistas são de responsabilidade do ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira.

Os líderes do movimento aprovaram a recepção, mas garantiram que a greve continua. "É muito bom saber que o ministro quer abrir os dados", disse Almeida. "Mas ele trabalha com cenários que não são resolvidos só naquela sala", continuou. O sindicalista estava acompanhado de uma comissão de parlamentares do PT e PC do B.

MAIOR ADESAO

Hoje, o comando de greve realizará uma assembléia para definir os próximos passos da greve seguida por mais de 40% dos servidores nos últimos 16 dias. Almeida reconheceu que a maior adesão é dos professores e trabalhadores nas áreas de Saúde e Previdência.

O diretor da CUT diz que falta ao governo vontade política de encontrar uma solução para a greve dos servidores. "Vamos buscar ajuda onde for necessário para sair desta crise, deste impasse que já se arrasta há mais de

Enrico Pires



Sujeira tem seu preço: Sindicato dos Servidores Públicos é multado pelo SLU por jogar panfletos e lixo na porta do Ministério da Fazenda

16 meses", enfatizou.

O governo vai cobrar do sindicato dos servidores os danos materiais da invasão: uma porta de vidro da portaria privativa do ministro no valor de R\$ 386,00. "Podem cobrar o que quiserem. Não adianta abrir inquérito, nós queremos solução", disse o diretor da CUT.

O esquema de segurança da Polícia Militar foi reforçado hoje e o acesso ao prédio ficou restrito aos funcionários. Um grupo de cerca de 200 grevistas passou a tarde em frente ao ministério gritando palavras de ordem e cantarolando músicas contra o governo.

Sindicato suja e é multado

O Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) multou ontem em R\$ 1 mil o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep). A multa foi aplicada porque os servidores públicos em greve, que chegaram a invadir o gabinete do ministro da Fazenda, Pedro Malan, jogaram panfletos e lixo na Esplanada dos Ministérios, uma área pública de Brasília. O SLU aplicou a multa em cumprimento à lei que está em vigor desde o dia 2.

O Sindsep se recusou a receber a notificação do fiscal do SLU, que será enviada pelo correio. De acordo com o decreto do governador Cristovam Buarque, que regulamentou a lei aprovada pela Câmara Legislativa, os infratores que pagam as multas até o décimo dia têm desconto de 50%. E aqueles que não quitarem depois de um mês, terão o nome incluído no Cadastro de Dívida Ativa do DF, o que impede a retirada de documentos. O decreto estabelece o valor das infrações de acordo com o volume de lixo.

PANFLETOS

Além do Sindsep, outros dois sindicatos — o dos Bancários e o dos servidores do GDF — já foram multados por jogar panfletos nas ruas da cidade. A lei também já atingiu vários comerciantes e brasilienses que colocaram o lixo fora do horário estipulado ou acondicionado de forma errada, ou mesmo deixaram entulho de construção nas ruas.

Segundo a assessoria de imprensa do SLU, o volume de lixo nas ruas de Brasília já diminuiu. A lei também prevê multa de R\$ 80,00 aos motoristas que jogarem qualquer coisa pela janela. Em breve, os fiscais do SLU irão contar com o apoio de funcionários do Departamento de Trânsito e da Polícia Militar para anotar as placas dos "sujões".